



Caio Caselli Martins,



Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)

caiomartins@ifsc.edu.br

Adriano Larentes da Silva



Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)

adriano.silva@ifsc.edu.br

OS SENTIDOS DO TRABALHO PARA TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA¹

RESUMO

O objetivo do estudo é investigar os sentidos atribuídos ao trabalho por técnicos em assuntos educacionais (TAEs) de uma instituição federal, considerando o modo de produção vigente. A pesquisa qualitativa se caracteriza como descritiva e exploratória. Com diferenças marcantes, mas também elementos em comum, o trabalho do séc. XX até os dias atuais está intrinsecamente vinculado aos ditames do capitalismo, que enxerga os trabalhadores como forças de trabalho – e não como seres humanos. Neste cenário, os sentidos do trabalho para os TAEs do Instituto Federal de Santa Catarina refletem a dupla dimensão do trabalho: Ontológica e Histórica. Ora o trabalho se aproxima da representação de atividade vital e potencializadora do desenvolvimento humano, e ora assemelha-se como atividade estranha ao trabalhador, se resumindo à manutenção da subsistência.

Palavras-chave: Sentidos do trabalho. Técnicos em Assuntos Educacionais. Modo de produção capitalista.

THE MEANINGS OF WORK FOR TECHNICIANS IN EDUCATIONAL AFFAIRS IN THE CONTEXT OF THE CAPITALIST PRODUCTION MODE

ABSTRACT

The objective of the study is to investigate the meanings attributed to work by Technicians in Educational Affairs (TAE) of a federal institution, considering the current mode of production. Qualitative research is characterized as descriptive and exploratory. With striking differences, but also elements in common, the work of the 20th century to the present day is intrinsically linked to the dictates of capitalism, which sees workers as labor forces – and not as human beings. In this scenario, the meanings of work for TAE of the Federal Institute of Santa Catarina reflect the double dimension of work: Ontological and Historical. Sometimes the work comes close to the representation of vital activity and enhancer of human development, and sometimes it resembles a strange activity to the worker, serving only for the maintenance of subsistence.

Keywords: Meanings of work. Technicians in Educational Affairs. Capitalist mode of production.

Submetido em: 01/07/2019

Aceito em: 03/12/2019

Publicado em: 22/06/2020



<http://dx.doi.org/10.28998/2175-6600.2020v12n27p330-351>



I INTRODUÇÃO

O trabalho pode ser compreendido como um processo entre o ser humano e a natureza, com a finalidade de produção da própria existência. Este processo compreende ação consciente, e, portanto, intencional, dos seres humanos com a natureza para produzir os seus meios de vida. É esta condição de *ser consciente*, que possibilita o planejamento prévio que antecede à execução – a ação consciente sobre a natureza – que diferencia o ser humano dos demais seres vivos. Temos em Marx (1996) que:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 1996, p. 297).

A categoria *trabalho* tem estado constantemente no alvo de análises, sobretudo a partir da crise estrutural do capital na segunda metade do século XX e as intensas transformações no mundo do trabalho e na sociedade contemporânea (ANTUNES, 2009; LESSA, 2011). Assim, não há como procurar compreender o trabalho, enquanto categoria das ciências humanas e sociais, e, por isso, fenômeno sujeito a transformações, sem olhar para os movimentos da história. Este artigo abordará o trabalho pelas contribuições teóricas marxistas, desde os valiosos esforços para a sua conceituação até o complexo engendramento em que se apresenta na estrutura socioeconômica vigente, particularmente no modo de produção capitalista do período pós-Segunda Guerra e no capitalismo contemporâneo.

A partir da contextualização deste cenário, pretende-se adentrar ao campo dos sentidos do trabalho para trabalhadores da educação pública, especificamente para os servidores ocupantes do cargo denominado Técnico em Assuntos Educacionais (TAE). Não obstante, é importante localizar que a análise teórica ora apresentada leva em consideração a realidade das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e, particularmente, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). A fase de campo da pesquisa, porém, foi realizada no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), e, portanto, a discussão traz o retrato dessa realidade.

A RFEPCT foi instituída pela Lei n. 11.892/2008, que naquele momento criava também os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Desde então, verificou-se maciço investimento para a consolidação e expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil, que no período 2003-2016 passou de 140 para 644 unidades/campus em funcionamento no país. O número de municípios abrangidos pela educação profissional e tecnológica saltou de 119 para 568 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2016).

Se, por um lado, a expansão da Rede significou o aumento expressivo de concursos públicos para o preenchimento das milhares de novas vagas na educação pública federal, por outro lado parece que o debate sobre as condições de trabalho nessas instituições não acompanhou esse ritmo. Os estudos que se propuseram a analisar o trabalho e os trabalhadores das IFES vêm relatando um cenário merecedor de maior atenção. A fase de revisão da literatura evidenciou uma predominância de estudos que se ocuparam das questões da realidade docente, em detrimento dos demais sujeitos que também atuam nas instituições federais de ensino, e que, por sua vez, também vêm experimentando transformações nas condições de trabalho, como é o caso dos TAEs.

Em relação ao universo docente, têm sido comum a observação dos fenômenos da intensificação e da precarização do trabalho (BACCIN; SHIROMA, 2016; FLORO, 2016; OLIVEIRA; CRUZ, 2017). Quando a busca é pertinente a intensificação do trabalho técnico-administrativo em educação, o que vem emergindo com força é a relação trabalho-saúde, sobretudo questões de sofrimento e adoecimento (VEIGA; BAPTISTA, 2016; RIBEIRO, 2011; LOUREIRO, 2017). Se adicionarmos a este contexto os mais recentes acontecimentos na esfera política nacional, com as sucessivas reduções de investimentos observado na educação pública em tempos recentes, a aprovação da Emenda Constitucional n. 95/2016¹ e o anúncio de bloqueio nos recursos das instituições públicas educacionais no ano de 2019, apenas para citar alguns exemplos, temos aí um cenário permeado por pioras nas condições de trabalho e incertezas e inseguranças quanto ao presente e ao futuro.

A discussão sobre os sentidos do trabalho para trabalhadores da educação pública deve considerar todo esse contexto de transformações no trabalho, em que se insere, também, o serviço público. Porém, do ponto de vista teórico, estará ancorada na perspectiva da dupla dimensão do trabalho: ontológica e histórica, que será fundamentada ao longo do texto.

A motivação para o desenvolvimento do estudo advém do interesse no debate a respeito do trabalho dos técnicos em assuntos educacionais, enquanto trabalhadores da educação pública federal. Os TAEs são servidores de nível superior cujo requisito para o cargo é a formação superior em pedagogia ou licenciatura em qualquer área do conhecimento. Apesar de considerados *especialistas em educação*, o debate sobre a atuação dos técnicos em assuntos educacionais vem mostrando que a figura deste trabalhador da educação ainda é pouco (re)conhecida no espaço institucional, o que pode derivar para um fazer administrativo-burocrático e distante das atividades de ensino-aprendizagem. Neste cenário permeado por desconhecimentos, dúvidas, e raras discussões a respeito, o objetivo deste artigo é investigar os sentidos atribuídos ao trabalho pelos técnicos em assuntos educacionais do IFSC. E contribuir para a necessária continuidade das discussões acerca do papel do TAE na educação pública brasileira.

¹A Emenda Constitucional nº 95/2016 também ficou conhecida como “PEC do teto de gastos” durante sua tramitação na Câmara e no Senado. Na prática, a medida congela os investimentos em serviços públicos pelos próximos 20 anos.

A pesquisa desenvolvida é de abordagem qualitativa, e teve como método a dialética. Quanto aos objetivos, o estudo caracteriza-se como exploratório e descritivo. Os procedimentos técnicos incluíram pesquisa bibliográfica, documental e análise de conteúdo. Na fase de campo, foram realizadas entrevistas, discussões coletivas presenciais e aplicação de questionários². Participaram do estudo 30 técnicos em assuntos educacionais por meio do questionário; dez TAEs estiveram presentes nos momentos de discussões coletivas e cinco foram entrevistados.

2 AS TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE

Na perspectiva assumida por esse estudo, para se almejar compreender o trabalho de determinado grupo social – e os sentidos atribuídos a este – torna-se fundamental conhecer as bases que estruturaram o *trabalho* ao longo da história da humanidade, as transformações ocorridas nos distintos períodos, suas formas de organização, etc. Bem como o entendimento da dinâmica do sistema capitalista. Considerando os limites deste artigo, abordar-se-á de forma panorâmica as transformações do trabalho do século XX aos dias atuais, a fim de se compreender a morfologia do trabalho na contemporaneidade.

O século XX foi marcado por intensas transformações na organização do trabalho. O norte-americano Frederick Taylor (1856-1915) fundou as bases do que mais tarde ficaria conhecida como Organização Científica do Trabalho (OCT), colocadas em prática pelo também estadunidense Henry Ford, que adotou em suas fábricas a montagem em série para a produção em massa de automóveis. Este modelo produtivo implantado na indústria automobilística se tornou referência em termos de produtividade, e ficou conhecido por *taylorismo/fordismo*. À OCT podem ser pontuadas inúmeras críticas, inclusive a respeito de seu caráter *científico*. Azevedo (2012) remete à Heron (1976), que estudou o método de Taylor, para questionar se o caráter científico pela imagem de racionalidade não estava a servir, antes de tudo, para conferir credibilidade ao método, quando na realidade “não passava de uma *organização de trabalho barato* [...] era afinal uma *organização pseudocientífica do trabalho*” (AZEVEDO, 2012, p. 246).

Após experimentar período de desenvolvimento econômico, grande produção de mercadorias e certa estabilidade no período pós-Segunda Guerra, o sistema capitalista começava a dar sinais de saturação, marcado pela retração do consumo e, conseqüentemente, pela tendência de queda da taxa de lucro. Esse momento é descrito como a crise do modelo fordista, e, em sentido mais amplo, crise estrutural do capital. Aos olhos do capital, então, era necessário encontrar novas maneiras de se autoproduzir (ANTUNES, 2009; LESSA, 2011).

² Os instrumentos de pesquisa serão oportunamente detalhados no momento da discussão.

O modelo japonês (*toyotismo*) surgiu como alternativa para a superação da crise do capital, com “uma produção vinculada à demanda [...] diferenciando-se da produção em série e de massa do taylorismo/fordismo” (ANTUNES, 2009, p. 56). Os efeitos da tendência de *flexibilização* que norteou as ações daquele período foram sentidas, no plano dos trabalhadores, nas perdas de direitos coletivos conquistados historicamente, sobretudo na intencional redução da participação do Estado sobre as questões sociais (função regulatória) – e por conseguinte sobre as relações trabalhistas, que se tornaram frágeis porque desregulamentadas (RAMOS, 2001).

As diretrizes do modelo japonês de produção encontraram eco em diferentes regiões do globo, e foram incorporadas tanto pela indústria como pelo setor de serviços. Mas foi na Inglaterra que esta concepção de produção sofreu novas mudanças, a partir do *neoliberalismo* implantado por Margareth Thatcher, que provocou sérias transformações no mundo do trabalho – afetando a sociedade inglesa, o Reino Unido, e posteriormente influenciando políticas econômicas em outros países capitalistas (ANTUNES, 2009). De maneira sucinta, este período ficou marcado como uma tentativa de reestruturação produtiva que levou o toyotismo ao extremo, com a maciça introdução de máquinas e o enxugamento da produção e redução de funcionários, “em suma, ao conjunto de mecanismos requeridos pelo capital nessa fase de concorrência e transnacionalização” (ANTUNES, 2009, p. 77).

A materialização da política econômica neoliberal implicava no fim da “estabilidade” no emprego e na flexibilização dos direitos trabalhistas, o que, em grande medida, tornou-se responsável pela inundação das formas desregulamentadas, terceirizadas e precarizadas de trabalho (LESSA, 2011; ANTUNES, 2009). As consequências do neoliberalismo, que extrapolou as fronteiras do Reino Unido e foi tomado como modelo econômico no mundo competitivo e globalizado, podem ser facilmente observadas por toda a parte. A partir da década final do século XX e o início do século XXI, porém, as mudanças começaram a ocorrer em um ritmo notadamente mais acelerado, em um acentuado e crescente processo de metamorfoses na ordem política, social, econômica e cultural, que impactaram e continuam a impactar diretamente na configuração do *mundo do trabalho* atual.

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2001) cunhou o termo *liquidez* para procurar descrever o atual momento da sociedade moderna – sem pontuar precisamente o seu início na cronologia da história. Em *Modernidade Líquida*, Bauman metaforicamente associa os conceitos de liquidez (ou fluidez) aos sentidos de mobilidade e de inconstância como maneira de descrever esta nova fase da modernidade. Para ele, a modernidade líquida tem origem no desejo de “derreter os sólidos”³, de romper com as tradições e com “as obrigações que atavam pés e mãos, impediam os movimentos e restringiam as

³ Zygmunt Bauman traz à tona a expressão “derreter os sólidos”, do célebre Manifesto Comunista de Marx e Engels, que, segundo o autor polonês, se referiria ao desejo de mudanças na sociedade da época, vista como “estagnada demais para o seu gosto e resistente demais para mudar e amoldar-se a suas ambições – porque congelada em seus caminhos habituais” (BAUMAN, 2001, p. 09). Para mudar, era preciso, pois, derreter os sólidos.

iniciativas [...]” (BAUMAN, 2001, p. 10). Para o autor, a modernidade líquida é fluida, leve, flexível. E este conceito encontra eco nas diferentes esferas da vida humana: a liquidez está presente no deslocamento de pessoas pelo planeta, ao *derreter as fronteiras físicas*; está na rapidez do consumo desenfreado e na descartabilidade das coisas; a liquidez está presente nos relacionamentos humanos, que cada vez mais se mostram breves e superficiais. Para quê se fixar a algo – ou a algum lugar, ou mesmo a alguém – quando se tem um mundo de oportunidades à disposição e ao alcance das mãos?

O trabalho no modo de produção capitalista, naturalmente, não é imune a este cenário de intensas transformações. Poder-se-ia dizer, talvez, que seja até peça-chave da engrenagem. A *liquefação* característica desta era da modernidade “anuncia o advento do capitalismo leve e flutuante, marcado pelo *desengajamento* e enfraquecimento dos laços que prendem o capital ao trabalho” (BAUMAN, 2001, p. 187). Na analogia do autor, o capitalismo pesado (ou sólido) era aquele das grandes fábricas, repletas de funcionários operando pesadas máquinas. No modelo *fordista*, capital e trabalho estavam indissociavelmente juntos, em uma relação de dependência mútua, e qualquer separação era impensável. Agora em sua fase leve, o capital teria rompido a então sólida – porém penosa – relação com o trabalho, graças a uma nova liberdade de movimentos. O trecho a seguir resume com rara felicidade o que estamos tratando:

Em seu estágio pesado, o capital estava tão fixado ao solo quanto os trabalhadores que empregava. Hoje o capital viaja leve – apenas com a bagagem de mão, que inclui nada mais que pasta, telefone celular e computador portátil. Pode saltar em quase qualquer ponto do caminho, e não precisa demorar-se em nenhum lugar além do tempo que durar sua satisfação. O trabalho, porém, permanece tão imobilizado quanto no passado – mas o lugar em que ele imaginava estar fixado de uma vez por todas perdeu sua solidez de outrora; buscando rochas, as âncoras encontram areias movediças (BAUMAN, 2001, p. 77).

Ao trabalho – ou aos trabalhadores – restaram as angústias e incertezas quanto ao emprego. E, neste cenário de medo e desesperança, Bauman (2001) apoia-se em Pierre Bourdieu para alertar que as novas formas de exploração – que se materializam a partir do enfraquecimento das leis trabalhistas ao favorecer o aparecimento do trabalho temporário e precarizado – acabam por minar o desejo e a energia individuais necessários à constituição das organizações coletivas para o fortalecimento da classe trabalhadora. Assim, o “desencantamento vai de mãos dadas com o desaparecimento do espírito de militância e participação política” (BOURDIEU, 1993, apud BAUMAN, 2001, p. 186). Ao que parece, os *novos sólidos* que se desenvolveram a partir do plano de derretimento daqueles outros, os velhos sólidos que atravancavam as mudanças na sociedade do século XIX, se tornaram bem diferentes do imaginado.

Para Alves (2011) a reestruturação do capitalismo global fez surgir uma nova morfologia social do trabalho, alterando-se as realidades do trabalhador assalariado, agora sujeito a toda sorte de *flexibilidade*. O caráter flexível das empresas expressa-se de diferentes maneiras, como na flexibilidade estratégica, flexibilidade de volume, flexibilidade de adaptação sazonal, flexibilidade social, entre outras (SALERNO,

1995, apud ALVES, 2011). Mas dentre todas as formas flexíveis possíveis, a mais importante à perpetuação do regime de acumulação do capital na sociedade contemporânea é a *flexibilidade da força de trabalho*. Essa categoria inclui a flexibilização das leis e regulamentações sociais e sindicais, que incidem na maleabilidade dos contratos de trabalho, bem como nos salários, locais e horários de trabalho (ALVES, 2011). Na prática, sob o ponto de vista do trabalhador, pode-se constatar que esta flexibilidade está diretamente relacionada com a fragilidade dos laços, com incertezas e inseguranças quanto ao trabalho e ao futuro. Nas palavras do autor:

A vigência do novo capitalismo flexível, com o surgimento de novas modalidades de contratação salarial, desregulação da jornada de trabalho e instauração de novos modos da remuneração flexível, seriam consideradas formas de precarização da força de trabalho (ALVES, 2011, p. 02).

Para Antunes (2009), as metamorfoses verificadas no mundo do trabalho em tempos mais recentes – especialmente nos países de capitalismo avançado, mas também sentidas pelos países de industrialização intermediária, incluem a significativa redução do trabalho industrial e fabril e, por consequência, o encolhimento da classe operária tradicional. Por outro lado, ocorre o que o autor denomina de “*subproletarização* do trabalho, decorrência das formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal, ao setor de serviços, etc” (ANTUNES, 2009, p. 205). O autor lembra que, a despeito das metamorfoses no mundo do trabalho observadas com maior intensidade nas últimas décadas, dois terços da força de trabalho mundial está presente nos países industrializados e intermediários, como Brasil, Rússia, Índia, China, México e outros, exercendo atividades vitais ao processo produtivo. Para Antunes (2009), este enorme e difuso coletivo de trabalhadores compõe, hoje, o que ele denomina de *classe-que-vive-do-trabalho*.

3 OS SENTIDOS DO TRABALHO

A partir da conceituação de Marx, citada nas primeiras linhas deste texto, depreende-se que trabalho é atividade exclusiva da espécie humana, que a define enquanto ser consciente e atuante no mundo. Na interação entre homem⁴ e natureza, e nas relações entre os próprios homens, tanto a natureza externa é modificada quanto a própria natureza humana. Saviani (2007) aprofunda a reflexão e coloca o trabalho como elemento central da vida humana:

Podemos, pois, dizer que a essência do homem é o trabalho. A essência humana não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve,

⁴ Homem, aqui, compreendido enquanto espécie humana. Por questão de uniformidade, quando este texto se referir a *homem* (ou *homens*), se quer dizer **o conjunto dos seres humanos que construíram e que continuam a construir a história**.

se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico (SAVIANI, 2007, p. 154).

Considerado um dos grandes filósofos marxistas, o húngaro György Lukács (1885-1971) dedicou-se, já ao final de sua vida, à escrita sobre a gênese e o desenvolvimento do ser social. Para a discussão aqui iniciada, consideramos importante trazer a reflexão de Lukács (2013), em sua *Ontologia do Ser Social*, da afirmação do *trabalho como categoria fundante do ser social*. O autor entende que o trabalho é o principal meio pelo qual o homem (ser biológico) se constitui, efetivamente, em homem (ser social): é o trabalho o responsável pela “ponte”, pela relação entre seres humanos e natureza que vai se desenvolvendo e se aprimorando ao longo do tempo, fundamental ao processo de constituição do ser humano restrito às suas funções e impulsos orgânicos em ser humano social.

Escurra (2016, p. 14-15), que estudou o conceito de trabalho como categoria fundante do ser social em Lukács, define com precisão esta formulação do filósofo húngaro: “o momento predominante no salto ontológico entre o mundo natural e o estabelecimento da vida especificamente humana reside no trabalho [...] é o vínculo material e objetivo entre o ser humano e a natureza”. Nas palavras de Lukács (2013):

[...] o trabalho se revela como o veículo para a autocriação do homem enquanto homem. Como ser biológico, ele é um produto do desenvolvimento natural. Com a sua autorrealização, que também implica, obviamente, nele mesmo um afastamento das barreiras naturais, embora jamais um completo desaparecimento delas, ele ingressa num novo ser, autofundado: o ser social (LUKÁCS, 2013, p. 82).

A discussão sobre os sentidos do trabalho transita, indubitavelmente, pelo campo das diferentes dimensões assumidas pelo trabalho humano. Sob a perspectiva de Marx, o trabalho tem em si uma **dimensão ontológica** fundamental e uma **dimensão histórica**, esta última relacionada ao modo de produção vigente. Pela dimensão ontológica do trabalho se compreende que os homens, conscientemente, criam a realidade, na relação que estabelecem com a natureza e nas relações com os outros seres humanos. Em estudo sobre trabalho em Marx, Oliveira (2010) assim coloca a respeito da dimensão ontológica existente no trabalho:

Deve-se compreender que o homem possui a capacidade potencial de realizar-se como ser livre e universal, ao efetivar-se, no curso histórico, e, ao mesmo tempo, dar novos rumos à sua existência. Isso quer dizer que o homem está em um constante processo de auto-construção, tanto em sua dimensão subjetiva quanto intersubjetiva, possibilitada por sua atividade essencial, o trabalho. É por meio dessa atividade, a qual Marx define como vital, que o homem objetiva o seu espírito no mundo e materializa em objetos suas inquietações, ideias e sentimentos, resultando daí os bens materiais necessários à existência, bem como toda a riqueza social (OLIVEIRA, 2010, p. 04).

Pode-se dizer que o sentido que o trabalho assume, nesta perspectiva ontológica, é algo próximo do sentido de plenitude. Pois a partir do trabalho os seres humanos produzem as suas existências em intercâmbio com a natureza e os demais seres humanos, constituindo-se como seres sociais,

desenvolvendo suas subjetividades e criando e recriando a realidade. Oliveira considera que este “caráter antropológico universal” representa a “positividade do trabalho” (2010, p. 04).

Em contradição dialética, o trabalho também assume um outro lado, em sua dimensão histórica – quando compreendido no contexto e nas condições em que se estabelecem as relações de produção⁵. No modo de produção capitalista há uma ruptura fundamental entre trabalho e capital, e, dessa separação, origina-se uma situação de *estranhamento*. O estranhamento de que trata Marx ocorre quando, ao trabalhador, a sua atividade de trabalho torna-se *estranhada*, quando o trabalhador deixa de reconhecer os produtos de seu próprio trabalho – justamente onde este coloca toda a sua energia e vitalidade – tornando-se, estes, estranhos ao ser que trabalha.

Deste estranhamento do ser humano para com a sua própria atividade de trabalho, quando parece ofuscar-se o caráter ontológico do trabalho e seu poder enquanto atividade vital humana, Alves (2011) chega ao conceito de *vida reduzida*. O autor contextualiza a questão do estranhamento, do tempo de vida e da dinâmica do consumismo, observados no atual momento do capitalismo:

Nas condições do capitalismo global, a extensão do trabalho abstrato pela vida social, com as formas derivadas de valor, promovem o fenômeno da “vida reduzida”. Na medida em que o homem que trabalha, dedica a maior parte do seu tempo de vida à luta pela existência e à fruição consumista desenfreada, ele não se desenvolve como ser humano-genérico. Enfim, torna-se presa da “vida reduzida” que caracteriza as sociedades burguesas hipertardias. A “vida reduzida” é antípoda à “vida plena de sentido” que o homem que trabalha é incapaz de ter no sistema social do capital. Com a vida reduzida, o capital avassala a possibilidade de desenvolvimento humano-pessoal dos indivíduos sociais, na medida em que ocupa o tempo de vida das pessoas com a lógica do trabalho estranhado e a lógica da mercadoria e do consumismo desenfreado (ALVES, 2011, p. 21, grifos do autor).

Assim, a dimensão histórica do trabalho, nas formas assumidas pelo trabalho no modo de produção capitalista, pode-se afirmar que configura-o “em sua forma negativa”, quando “o homem trabalha não para se realizar, para efetivar-se como ser livre e criativo, mas para satisfazer os interesses do capital e as suas necessidades imediatas (comer, beber, agasalhar-se etc.)” (OLIVEIRA, 2010, p. 07).

A dimensão ontológica e a dimensão histórica do trabalho, enfim, são faces de uma mesma moeda. Enquanto a perspectiva ontológica nos relembra que o trabalho é a atividade determinante para a formação do ser social (transformação do ser meramente biológico, movido por impulsos, em ser humano que passa a refletir sobre suas ações), e, por isso, ocupa lugar fundamental nas vidas humanas, a perspectiva histórica nos mostra as condições estruturais em que ocorre o trabalho de acordo com o modo de produção em vigência, especialmente a partir do momento em que o trabalho passa a ser pesquisado no modo de produção capitalista. As dimensões ontológica e histórica do trabalho caminham juntas, ora parecendo

⁵ A dimensão histórica do trabalho considera o complexo imbricamento do trabalho desenvolvido no modo de produção capitalista. Posto que seguimos vivendo no mesmo sistema capitalista, reconhecendo-se suas diferentes fases ao longo da história recente até o presente momento, os escritos de Marx – e de teóricos marxistas que vêm analisando as transformações do trabalho na sociedade contemporânea – seguem como importantes referências na análise de sua dimensão histórica.

aproximar-se e ora posicionando-se em campos radicalmente opostos. São duas dimensões que coexistem em um mesmo “ser”. Para Frigotto (2009, *online*, n.p), “estas diferentes dimensões circunscrevem o trabalho humano na esfera da necessidade e da liberdade, sendo ambas inseparáveis”.

Nos arriscamos a dizer que quando a dimensão ontológica se faz presente na vida do trabalhador, aí é quando o trabalho parece adquirir um sentido de realização, de satisfação pela energia física e mental colocadas em seu trabalho, um sentido humanizado e mais próximo do que chamamos antes de *sentido de plenitude*. Do outro lado, quando o trabalho fica reduzido à sua dimensão histórica, quando o trabalho existe apenas para satisfazer as necessidades básicas para a sobrevivência do trabalhador, aí é quando o trabalho parece perder sentido; ou, ainda, é quando o trabalho adquire sentidos de estranhamento, de sacrifício e de sofrimento.

Ao optarmos, neste estudo, pela abordagem dos sentidos do trabalho a partir da compreensão da dupla dimensão existente no trabalho, admitimos esta como a linha norteadora para a análise dos dados produzidos na pesquisa com os técnicos em assuntos educacionais. Assim, dos depoimentos desses sujeitos procuramos identificar os elementos que se aproximam da constituição ontológica do trabalho e àqueles que vão ao encontro de sua perspectiva histórica. Antes, porém, julgamos relevante trazer parte do debate a respeito dos fazeres deste grupo de trabalhadores, a fim de que se compreenda o cerne da questão quando se discute o trabalho dos TAEs.

4 O TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS E O DEBATE SOBRE SEU(S) TRABALHO(S)

No âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior há duas carreiras de servidores da educação: (1) a Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e (2) a Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, que abrange considerável diversidade de cargos divididos em cinco níveis de classificação (A/B/C/D/E) – de acordo com a escolaridade. Em uma breve comparação entre as carreiras docente e técnico-administrativa, quanto à percepção da *natureza do trabalho*, a atividade docente parece estar melhor definida nos documentos oficiais, e, sobretudo, se constitui em atividade tradicional em nossa sociedade, o que acaba por refletir uma melhor compreensão acerca da natureza do trabalho do professor perante o público atendido por estas instituições – comunidade acadêmica (estudantes e servidores) e comunidade externa (sociedade) – quando comparada à natureza do trabalho dos técnicos-administrativos em educação.

Não obstante, a carreira técnico-administrativa em educação é bem mais recente – as diretrizes para a elaboração do Plano de Cargos datam de 1970, pela Lei n. 5.645 (BRASIL, 1970). E foi somente no ano de 1973 que a expressão “técnico em assuntos educacionais” apareceu pela primeira vez na

legislação (BRASIL, 1973). Atualmente, o requisito para o ingresso nesse cargo é a formação superior em pedagogia ou licenciatura em qualquer área. Uma das grandes questões presentes no debate acerca do trabalho dos técnicos em assuntos educacionais (TAEs) diz respeito a sua atuação no espaço institucional, que pode ser resumida pela seguinte pergunta: o técnico em assuntos educacionais é um especialista em educação, e por isso deve atuar diretamente nos processos de ensino-aprendizagem, ou o TAE é um trabalhador generalista que pode realizar inúmeras e distintas atividades nas instituições federais de ensino?

O conhecimento dos documentos que regem o trabalho nessas instituições auxilia na compreensão desta seara. No Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC, destinado aos dirigentes de gestão de pessoas das IFES – e frequentemente utilizado como referência para se conhecer as atribuições dos cargos técnico-administrativos em educação, é possível encontrar a descrição desses cargos, o qual apresenta a descrição sumária do cargo de técnico em assuntos educacionais:

Coordenar as atividades de ensino, planejamento e orientação, supervisionando e avaliando estas atividades, para assegurar a regularidade do desenvolvimento do processo educativo. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2005).

No âmbito do IFSC, o Edital 33/2017, que rege as normas do Concurso Público do IFSC 2017, traz o extrato das atribuições dos cargos. Para o técnico em assuntos educacionais, elenca:

Planejar, supervisionar, analisar e reformular o processo de ensino aprendizagem, traçando metas, estabelecendo normas, orientando e supervisionando o cumprimento do mesmo e criando ou modificando processos educativos em estreita articulação com os demais componentes do sistema educacional, para proporcionar educação integral aos alunos; elaborar projetos de extensão; realizar trabalhos estatísticos específicos; elaborar apostilas; orientar pesquisas acadêmicas; utilizar recursos de informática; executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional (IFSC, 2017a).

Aqui, é possível notar que este edital de concurso público do IFSC se utiliza do documento oficial anterior (Ofício Circular nº 015/2005 – o único documento encontrado, advindo do MEC, acerca das atribuições dos cargos técnico-administrativos⁶) para o seu processo seletivo. Porém, ao tomá-lo como referência, é notável que o IFSC utilizou-se do trecho “Descrição de atividades típicas do cargo”, constante no referido Ofício Circular, para trazer, em seu edital de processo seletivo, o que foi chamado de “Extrato das atribuições do cargo”. Colocado desta forma, parece ampliar consideravelmente o número e a diversidade de atividades requeridas ao TAE, muitas delas de cunho generalista e distantes do Ensino.

⁶ O Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC foi tornado sem efeito pelo Ofício Circular nº 01/2017/COLEP/CGGP/SAA-MEC (ambos disponíveis na Internet neste ano de 2019), gerando uma preocupante lacuna no que tange às descrições dos cargos do PCCTAE. Embora o Ofício 01/2017 advirta que será publicado regulamento dos cargos do Plano de Carreira dos Cargos Técnicos-Administrativos em Educação, no momento em que escrevo este texto não há novidade no assunto. Tampouco foi possível acessar as “descrições dos cargos constantes do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos - PUCRCE - Decreto nº 94.664 de 1987”, citadas no Ofício 01/2017 como referências para este momento. Embora tornado sem efeito, o Ofício 15/2005 continua servindo de referência documental, seja para pesquisadores seja para as instituições de ensino.

Pelo exposto nos documentos, nota-se que a atuação do técnico em assuntos educacionais deve estar diretamente relacionada às atividades de ensino, no planejamento, orientação, supervisão e avaliação. Ao mesmo tempo, quando descreve-se como atribuições “assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão” e “executar tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional”, abre-se um enorme leque de possibilidades, que transbordam o concreto e parecem não colaborar para o desenvolvimento das atividades do servidor técnico em assuntos educacionais. E, ainda, descrições como essas parecem dificultar a compreensão, pelos demais atores do processo ensino-aprendizagem, a respeito da atuação do TAE no ambiente educacional.

Em 1979 foi publicado o documento *Considerações sobre a situação atual dos técnicos em assuntos educacionais no MEC*, um estudo realizado pelo Departamento de Pessoal do então Ministério da Educação e Cultura, que procurava *desmistificar* a figura do técnico em assuntos educacionais na estrutura da administração pública brasileira (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1979).

Na seção de análise das entrevistas, encontramos o seguinte resultado para a Pergunta 10 – fatores relevantes e que prejudicam o desempenho dos TAEs:

Várias opiniões dos entrevistados apontam como uma das causas principais a indefinição das atribuições do TAE: afinal de contas, o que se quer do TAE? O que ele deve fazer? Uma vez que esta indefinição existe, o que ocorre em geral, é a subutilização de TAE's qualificados, desperdiçados em tarefas burocráticas; a improvisação do seu trabalho (o fazer de tudo, a qualquer momento); os desvios de função (os TAE's trabalhando em áreas que não correspondem ao seu cargo) (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1979, p. 101).

Esta conclusão é deveras significativa, e nos mostra que muitos dos problemas e desafios enfrentados hoje, já compunham a realidade da década de 1970. Ainda assim, os temas abordados em ambas as perguntas continuam reverberando até os dias atuais.

Sanseverino e Gomes (2017) pesquisaram o caso dos técnicos em assuntos educacionais da Universidade Federal Fluminense (UFF), e encontraram que 71% dos respondentes possuíam licenciatura e 21% eram formados em pedagogia (graduação). Entre estes, 54% responderam que desenvolvem atividades de natureza administrativa; 46% disseram realizar atividades de natureza administrativa-pedagógica; nenhum técnico em assuntos educacionais julgou desenvolver atividade de natureza apenas pedagógica. Acerca do trabalho dos TAEs da UFF, os autores concluem que há predominância de atividades administrativas e a ausência de atividades de natureza pedagógica; “o aproveitamento inadequado da força de trabalho, desvio de função e indefinição do papel do TAE” (SANSEVERINO; GOMES, 2017, p. 489).

Souza e Corrêa (2018) discutem os desafios da constituição de identidade dos técnicos em assuntos educacionais no Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), e de início chamam a atenção para o fato de que o técnico em assuntos educacionais não está contemplado na Classificação Brasileira de

Ocupações (CBO)⁷, documento-referência do Ministério do Trabalho que apresenta as atividades profissionais existentes no Brasil. A CBO tem o caráter de reconhecer as atividades existentes no país, mesmo aquelas não regulamentadas, mas o TAE não aparece nesta classificação. O estudo em questão reforça o caráter amplo e dotado de subjetividades que a expressão “assuntos educacionais” carrega, o que pode desaguar para um entendimento de uma atuação generalista e, por vezes, indefinida quanto ao trabalho dos técnicos em assuntos educacionais.

Ao apresentar a realidade dos TAEs do IFRJ, Souza e Corrêa (2018) nos levam a crer que a atuação dos técnicos e técnicas em assuntos educacionais possui uma condicionante que pode ser particular a cada instituição, o que vem a aproximá-los ou distanciá-los (os TAEs) do trabalho pedagógico. De acordo com as autoras, o Regimento Geral do IFRJ traz a figura do técnico em assuntos educacionais incorporada à Coordenação Técnico-Pedagógica (CoTP) da instituição. De fato, ao pesquisar o documento, encontramos o TAE como integrante da equipe multidisciplinar da referida Coordenação, junto aos pedagogos, assistentes sociais e psicólogos, o que norteia sua atuação para o desenvolvimento de atividades pedagógicas. Se respeitado o disposto em Regimento, este pode ser um dos caminhos para melhor direcionamento nas atividades dos TAEs, o que poderá incidir na constituição de uma identidade profissional. Por fim, o artigo destaca a relevância de um posicionamento mais crítico por parte dos gestores – os tomadores de decisão no que tange à disposição de pessoal e organização/delegação de atividades no ambiente de trabalho – e dos próprios servidores TAEs, aos quais cabe o aprofundamento das reflexões acerca de seus fazeres, ocupando seus lugares enquanto trabalhadores da educação dotados de formação no ensino e experiências a compartilhar com os demais atores do espaço escolar.

A discussão acerca do trabalho dos técnicos em assuntos educacionais passa, fundamentalmente, pela discussão do trabalho de natureza pedagógica e do trabalho de natureza administrativa. A respeito disso, é preciso sempre lembrar que, ao técnico em assuntos educacionais, é requerida a formação superior em pedagogia ou licenciatura (em qualquer área do conhecimento). Portanto, não é necessário empreender esforços para notar a característica principal desejada pela instituição quando solicita uma vaga de técnico em assuntos educacionais: um profissional com formação superior na área do *Ensino*. Aqui, talvez tenhamos que trazer a seguinte questão: está clara, para as instituições – leia-se gestores públicos – quem é este profissional da educação e a qual trabalho o TAE deverá se dedicar?

⁷ A Classificação Brasileira de Ocupações/CBO – Ministério do Trabalho, segundo consta em sua página eletrônica, “trata do reconhecimento da existência de determinada ocupação no mercado de trabalho brasileiro”. Endereço para acesso: <http://www.mteco.gov.br/cbosite/pages/home.jsf>

5 OS SENTIDOS ATRIBUÍDOS AO TRABALHO PELOS TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS DO IFSC

Julgou-se importante trazer a questão do debate sobre o trabalho dos TAEs, ainda que em linhas gerais neste momento, antes de tratar dos sentidos atribuídos ao trabalho por estes sujeitos. Tal consideração se justifica, em nosso entendimento, para que esteja bastante claro o terreno onde estamos pisando: investigamos os sentidos atribuídos ao trabalho por sujeitos trabalhadores da educação pública, e ocupantes de cargo específico o qual já carrega um complexo (e histórico) debate anterior, em cujo cerne se encontra justamente a discussão sobre a natureza do trabalho desenvolvido nas instituições.

Como dito anteriormente, a questão norteadora para a investigação sobre os sentidos do trabalho diz respeito à compreensão de sua dupla dimensão: a dimensão ontológica e a histórica. Pela dimensão ontológica do trabalho se compreende que os homens, conscientemente, criam a realidade, na relação que estabelecem com a natureza e nas relações com os outros seres humanos. A dimensão ontológica se efetiva quando, pelo trabalho, o potencial humano é colocado em favor da materialização de suas ideias, inquietações e sentimentos, resultando, deste processo, os bens materiais necessários à existência e toda riqueza social (OLIVEIRA, 2010).

A dimensão histórica, por outro lado, se refere ao contexto em que se estabelecem as relações de produção – pois é determinada por essa conjuntura. No modo de produção capitalista há uma ruptura entre trabalho e capital, e essa divisão origina uma situação de *estranhamento*. O *estranhamento*, em Marx, ocorre quando a atividade de trabalho torna-se *estranhada* ao próprio trabalhador. Esta condição é verificada quando o trabalhador deixa de reconhecer os produtos de seu próprio trabalho – justamente onde este coloca toda a sua energia e vitalidade – tornando-se, estes, *estranhos* ao ser que trabalha.

As dimensões ontológica e histórica são radicalmente diferentes, mas coexistem no trabalho desenvolvido no modo de produção capitalista. Quanto mais emancipador e dotado de sentido positivo ao trabalhador, mais próximo está o trabalho de sua dimensão ontológica. Quanto mais *estranho* ao trabalhador e meramente servidor para a subsistência material da vida, situação marcante do capitalismo, mais forte se constitui a dimensão histórica do trabalho.

Nas linhas a seguir trazemos a discussão sobre os sentidos atribuídos ao trabalho pelos servidores técnicos em assuntos educacionais do IFSC, a partir dos dados empíricos surgidos da fase de campo. Naquele momento, foram utilizados: (1) questionários, a fim de “dialogar” com os técnicos em assuntos educacionais lotados nos diferentes Campus e Reitoria da instituição; (2) discussões/debates coletivos

presenciais com os TAEs do IFSC Campus Florianópolis⁸; (3) entrevistas com TAEs do IFSC Campus Florianópolis. O questionário foi aplicado em outubro/2018 e organizado em três partes: a primeira pode ser considerada de ordem quantitativa, onde procurou-se desvendar o perfil dos TAEs do IFSC (idade; sexo; tempo de trabalho na instituição; formação na graduação); a segunda abarcou questões sobre o trabalho dos técnicos em assuntos educacionais (área/setor de atuação; natureza das atividades desenvolvidas; correlação entre trabalho e área de formação; valorização do trabalho, etc.); e a última seção do questionário foi dedicada aos sentidos do trabalho (nível de satisfação quanto ao trabalho desenvolvido como TAE; o que faz o trabalho ganhar ou perder sentido?; quais os sentidos do trabalho?). Responderam ao questionário 30 TAEs, de diferentes regiões de Santa Catarina. As discussões/debates coletivos foram realizados em dois momentos, nos meses de janeiro e julho de 2018, das quais participaram 10 técnicos em assuntos educacionais do IFSC Campus Florianópolis. As questões norteadoras dos encontros versaram sobre a relação entre as descrições das atribuições do cargo, previstas nas legislações, e o trabalho realizado no cotidiano. Por fim, as entrevistas aconteceram entre novembro/2018 e abril/2019 e tiveram como eixos principais as duas temáticas centrais do estudo. As três questões elencadas foram: o que é trabalho? O que é o trabalho dos técnicos em assuntos educacionais? Quais os sentidos do trabalho? Foram entrevistados cinco técnicos em assuntos educacionais do IFSC Campus Florianópolis.

Adentrando na realidade do Instituto Federal de Santa Catarina, de acordo com o Anuário Estatístico IFSC (2017b), ano-base 2016, havia 1.186 servidores técnico-administrativos atuando na instituição, distribuídos pelos 22 Campus, Reitoria, e Centro de Referência e Formação em Educação à Distância (CERFEAD). Destes, 69 eram técnicos em assuntos educacionais.

A discussão trazida a este momento enfoca os sentidos do trabalho, e leva em consideração os dados empíricos produzidos nas diferentes etapas da fase de campo, pelos diferentes instrumentos de pesquisa utilizados. Quando perguntados sobre os sentidos atribuídos ao trabalho, enquanto técnicos em assuntos educacionais do IFSC, emergiu:

Pra mim o trabalho é dignidade, ele é o meu ganha-pão, é independência [...] E realização, mesmo. Eu me sinto muito realizada trabalhando. É isso... [...] Os sentidos são construídos, também... são construídos na convivência com as outras pessoas... Com os colegas, com a família, com as necessidades que nós temos. É um tema fundamental para qualquer governo e pro ser humano de modo geral. Este pra mim é o grande sentido, porque é pelo trabalho que a gente consegue sobreviver e se realizar... Se realizar como ser humano, também – TAE 02.

Tenho no trabalho o sentido de “atividade vital”. Percebo que o trabalho me realiza, e sinto necessidade de utilizar meu conhecimento para o trabalho – TAE 24.

⁸ O Campus Florianópolis do IFSC é o campus de lotação de um dos pesquisadores. Constitui-se no mais antigo da instituição e aquele que possui o maior número de técnicos em assuntos educacionais (11), com exceção da Reitoria (15), de acordo com dados do Anuário Estatístico IFSC 2017.

O sentido do trabalho hoje é salarial – TAE 06.

Desenvolvimento humano: aprendizagens intelectual, emocional e social; socialização de saberes; trabalho em equipe; justiça social – TAE 26.

O sentido do trabalho é suprir as necessidades básicas para sobrevivência (fonte de renda), em sincronia com as necessidades de auto-realização, aliado a um trabalho de excelência – TAE 23.

Trabalho como emancipação – TAE 14.

Entendo o trabalho como o que dignifica, humaniza e emancipa o ser humano. Está para além de proporcionar a subsistência. É o que nos possibilita aprender a viver nas relações de forma a respeitar as pessoas nas suas singularidades, conhecimentos, origens... O trabalho proporciona também o autoconhecimento e a possibilidade de me resignificar a cada dia como ser humano e como pessoa que serve a alguém (a essência do meu trabalho é o serviço público, então meu dever é servir ao público dentro da legalidade) – TAE 11.

Sobrevivência econômico financeira individual e da família; espaço de criação, experimentação de conhecimentos e práticas adquiridas anteriormente. Realização pessoal e profissional – TAE 20.

Pelo extrato das respostas recebidas ao questionamento acerca dos sentidos do trabalho, é possível notar que as reflexões se mostraram bastante diversas, pois cada uma traz consigo a história individual do sujeito, suas experiências enquanto trabalhador, sua visão sobre o trabalho e a vida. Isso não quer dizer que esse processo ocorra de maneira individual ou isolada, pois como lembra Martins (2011, p. 53) com base em Pino (1993), “toda experiência humana [...] é social por natureza”. Ao adentrar esse campo dos sentidos do trabalho, portanto, é premente saber que tratar de sentidos envolve compreender a presença de subjetividades. Dito isso, além de se considerar as impressões individuais, o exercício empreendido nesse momento foi o de procurar decifrar as variáveis que influenciam as atribuições de sentidos ao trabalho enquanto técnicos em assuntos educacionais, ou seja, a identificação de elementos que se mostrem comuns a diferentes sujeitos, mas com semelhanças e afinidades pois trabalhadores da educação e ocupantes do mesmo cargo no serviço público.

A dimensão ontológica se faz presente na fala que atribui ao trabalho o sentido de dignificar, humanizar e emancipar o ser humano; que enxerga no trabalho a possibilidade de aprender a conviver com os outros e “respeitar as pessoas nas suas singularidades”: que, por meio do trabalho, é possível se autoconhecer e se resignificar diariamente enquanto ser humano. Também compõem a dimensão ontológica as reflexões que compreendem o trabalho como realização pessoal e profissional, como “atividade vital”, “ação que constitui o homem em humano”, e no sentido das relações sociais na perspectiva de coletividade, como nas reflexões abaixo:

O trabalho, como bem desvendou Marx, é na sociedade capitalista alienante. Mas há como esse mesmo autor destacou no trabalho a ação que constitui o homem em humano. Então, existe esse duplo caráter do trabalho. Como TAE esse contexto está presente, pois estamos submetidos a toda a lógica doentia e perversa das relações entre capital e trabalho. Subjetivamente poderia ter um significado mais positivo caso a educação formal também não estivesse tão alinhada ao projeto do capital. Mas como no IFSC há poucos sinais ou vazões para se fazer um trabalho diferenciado o cenário é de incredulidade e desesperança – TAE 18.

Não consigo entender a vida sem trabalho... O significado mesmo que eu vejo é de compartilhamento, de trocas... De fraternidade, de solidariedade, de coletivo... Talvez dentro do conceito que a maioria das pessoas usa de Trabalho, poderiam dizer: “você foi educada assim, para trabalhar” [...] o significado maior pra mim é o que você está fazendo pelo outro [...] –TAE 1.

São reflexões bastante profundas acerca da relação entre ser humano-trabalho, que partem do entendimento de que o trabalho possui importantes significados aos indivíduos, para além da questão econômica e de sobrevivência.

A dimensão histórica também emergiu nas falas citadas, como, por exemplo, em: “o sentido do trabalho é suprir as necessidades básicas para sobrevivência”; “o sentido do trabalho hoje é salarial”; “sobrevivência econômico financeira individual e da família”. Ou na reflexão crítica de uma trabalhadora que observa outras nuances do trabalho atual:

Às vezes a pessoa trabalha e não consegue perceber, porque ela já está em um esquema tão fechado, tão alienado, qual é o propósito do trabalho que ela está fazendo. E isso gera insatisfação e a pessoa não entende a relevância do seu próprio trabalho dentro do contexto da sociedade [...] Eu não quero ser fatalista, mas no final das contas só vai sobrar pra pessoa pensar no salário no final do mês, porque as condições de trabalho, infelizmente, hoje, elas não estão boas para o trabalhador. Vemos uma série de pessoas adoecendo por condições de trabalho precarizadas – TAE 4.

Também apareceu reflexão acerca do caráter alienante que o trabalho adquire no sistema capitalista, fruto da “lógica doentia e perversa das relações entre capital e trabalho”. Para este trabalhador, “poderia ter um significado mais positivo [o trabalho como técnico em assuntos educacionais] caso a educação formal também não estivesse tão alinhada ao projeto do capital”. Quanto mais a educação formal se alinha ao projeto do capital, menos esperança há. A esse respeito, se relaciona o debate do gerencialismo na educação pública e, sobretudo, o debate da mercantilização da educação.

Considerado um debate de tempos recentes, a discussão sobre a mercantilização da educação no Brasil vem se intensificando neste período de retomada de ideais neoliberais, sustentados pelo avanço da direita e do *neoconservadorismo político e gestor* (ARROYO, 2011), aliados à intensificação do discurso do liberalismo econômico levado ao extremo. A reflexão levantada pelo técnico em assuntos educacionais, ao colocar que a educação formal se encontra alinhada ao projeto do capital é deveras significativa – especialmente se isso está sendo sentido também na esfera do ensino público. Para Freitas (2019), há um projeto em curso que visa ao fortalecimento da educação privada em detrimento da educação pública. Sobre esse contexto, ele fala:

Não deve haver ensino público. A ideia é privatizar. O dinheiro que normalmente é dado para as escolas públicas será transferido, ao longo do tempo, para as escolas privadas. Ele vai pagar o ensino terceirizado: operadoras de serviços educacionais que vão assumindo as escolas públicas. Portanto, é um incentivo ao mercado. Uma vez que esse mercado vai se fortalecendo, ele anula e elimina a escola pública. A ideia é não ter escola pública, a não ser em locais onde esse mercado não tenha interesse em atuar (FREITAS, 2019, *online*, n.p).

O contexto citado nos leva a afirmar que o fenômeno da mercantilização da educação, ou seja, a visão de que a educação é uma mercadoria passível de se comprar e vender, ao sabor do mercado, se relaciona diretamente com a dimensão histórica do trabalho – uma vez que as condições para que este fenômeno possa se manifestar ocorrem justamente na dinâmica do modo de produção capitalista. A isso, podem se relacionar os sentidos atribuídos ao trabalho, como evidenciou-se em falas acima, sob o ponto de vista de quem trabalha na educação pública, enxerga seu potencial emancipador, porém já vem percebendo esses movimentos atrelados ao mercado – ou “ao projeto do capital” – que visam à precarização e eliminação dos serviços públicos.

Pelo exposto, nota-se que as duas dimensões do trabalho aparecem nas reflexões dos sujeitos da pesquisa, o que corrobora com o entendimento de que ambas as dimensões – ontológica e histórica – são reais e se manifestam nas situações de trabalho verificadas no modo de produção vigente, incluindo a educação pública. Estão inseridas, para lembrar a analogia de Frigotto (2009), nas *esferas da liberdade e da necessidade*; são, portanto, inseparáveis, e também se mostraram presentes no contexto de trabalho dos TAEs do IFSC.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exemplo de qualquer tema merecedor de análise e discussão, falar sobre trabalho no modo de produção capitalista requer primeiro uma tomada de decisão, um posicionamento. Em suma, e fundamentalmente, requer antes de tudo fazer uma escolha: contar a história sob qual lente? Por mais antigo (e talvez antiquado) que isso possa soar, vale sempre lembrar que os acontecimentos humanos na Terra podem ser narrados de maneiras radicalmente distintas. Opostas, até. E isso parece se intensificar em tempos de sucessivas crises e instabilidades de toda ordem, tais quais os dias em que vivemos.

Não seria exagero afirmar, portanto, que esta narrativa do trabalho no sistema capitalista poderia ser colocada em tons mais suaves e tendo o capital como um movimento natural e em contínuo aperfeiçoamento. Afinal, as revoluções industriais, da informática, da microeletrônica (e as outras que virão) puderam proporcionar aos trabalhadores não mais as dolorosas exigências do trabalho físico e pesado, mas notáveis melhorias nas condições de trabalho com a implementação de máquinas cada vez mais capazes. As jornadas desumanas de outrora e a exploração do trabalho escravo e infantil foram combatidas e já não compõe a regra, pois agora há fiscalizações e os trabalhadores e crianças estão protegidos e amparados por leis. A *flexibilidade*, palavra agraciada para ditar o tom do trabalho e da vida humana hoje, veio para romper com os velhos hábitos do trabalho marcado pelo rigor do controle do tempo; o que importa, agora, é o alcance dos resultados em detrimento do formato de organização. Poder-se-ia dizer que este caráter flexível proporciona a todos, homens e mulheres, de qualquer porção do mundo,

inúmeras e infinitas possibilidades de desenvolvimento de atividades: trabalhar de maneira independente, por conta própria, sem horário fixo, do computador, de casa.

Aqui, porém, optou-se por contar essa história pelas lentes de quem está olhando para os trabalhadores. Porque se o modo de produção capitalista vende imagens como a de que a implementação das máquinas e dos avanços científico-tecnológicos na produção são sempre positivos e vêm para ajudar no trabalho dos trabalhadores, é preciso colocar também seus paradoxos e discutir contrapontos: na agricultura, por exemplo, a utilização de químicos (resultado do avanço da ciência) envenena, adoce e mata trabalhadores em diferentes partes do mundo. A adoção (e a dependência) de computadores e sistemas informatizados, presentes em praticamente todas as atividades laborais hoje, pode poupar tempo e otimizar os resultados. Mas também pode trazer isolamento, alienação e adoecimento físico e mental.

As conquistas referentes às lutas pela redução da jornada se mostram parcialmente verdadeiras neste século XXI. Se hoje há pessoas trabalhando menos, ainda é gigantesco o número de pessoas que precisam cumprir longas jornadas. E, ainda pior, é o cenário que assola milhões de trabalhadores desempregados. Trabalhar menos, para que todos possam trabalhar, deveria estar em pauta. Mas isso não é possível no modo produtivo que serve ao capital. Trabalhar menos significaria a possibilidade de se ter acesso aos conhecimentos e cultura produzidos historicamente, à formação, ao lazer, para que se possa efetivamente se formar (e ser) humano na convivência com os demais.

É preciso dizer, também, que o modo de exploração perpetuado pelo capitalismo continua a escravizar homens, mulheres e crianças em pleno século XXI, sobretudo nos países de industrialização tardia e onde há excedente de “mão de obra”. É a materialização da tragédia do sistema capitalista, quando os seres humanos valem muito menos do que podem produzir. O caráter flexível do capitalismo contemporâneo tampouco veio para colaborar no auxílio das questões tratadas, vide o expressivo número de pessoas que se tornam “empreendedores inovadores” e têm as portas de seus empreendimentos precocemente fechadas. A flexibilidade enquanto característica do trabalho nos tempos contemporâneos também vem acompanhada de fragmentação e enfraquecimento das relações sociais (que também se dão no trabalho) e da individualização quanto aos direitos trabalhistas. Quando enfraquecem-se as entidades representativas de classe, enfraquecem-se os trabalhadores perante os interesses do capital.

É neste complexo contexto em que se inserem os trabalhadores da educação pública, ora gozando de relativa autonomia para o desenvolvimento de seus trabalhos, ora sujeitos a diretrizes de gestão e mecanismos de controle advindos da iniciativa privada – em um movimento crescente de avanços sobre a dinâmica do setor público. E que, em certa medida, nos remetem a um taylorismo do século XXI, pois pautado pela produtividade, alcance de metas, rigidez no controle de frequência e de desempenho – agora com o auxílio da tecnologia para a sua implementação.

Para tratar do trabalho e dos sentidos atribuídos ao trabalho por trabalhadores da educação pública, portanto, torna-se fundamental a compreensão deste cenário, que se relaciona ainda com o gerencialismo na educação, a intensificação e a precarização do trabalho nas instituições federais de ensino, a problemática do aumento de casos de sofrimento e adoecimento mental, entre outras questões que não couberam neste momento mas que precisam ser trazidas à discussão. Em síntese, trata-se do exercício constante da busca da apreensão da totalidade, uma vez que a dialética pressupõe que todas as coisas se relacionam e enxerga a realidade como “essencialmente contraditória e em permanente transformação” (KONDER, 2008, p. 08).

Por último, mas cientes de que o assunto não se esgota aqui pois instiga importantes debates sobre o trabalho no capitalismo contemporâneo e seus efeitos sobre os trabalhadores, reavivamos a reflexão de Ricardo Antunes em sua obra *Os Sentidos do Trabalho*: “O sentido do trabalho que estrutura o capital acaba sendo desestruturante para a humanidade; na contrapartida, o trabalho que tem sentido estruturante para a humanidade é potencialmente desestruturante para o capital” (ANTUNES, 2009, p. 12).

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. **Revista da Rede de Estudos do Trabalho**. Ano IV, n. 8, 2011. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/RevistaRET08.html>. Acesso em: 10 maio 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo/SP: Boitempo, 2009.

ARROYO, Míquel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

AZEVEDO, Ana Carina. Os primórdios da organização científica do trabalho em Portugal: o progressivo aperfeiçoamento dos métodos de racionalização desde o início do século XX até à II Guerra Mundial. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 4, n. 7, jan./jun. 2012, p. 245-265. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2012v4n7p245/23304>. Acesso em: 18 jun 2019.

BACCIN, E. V.; SHIROMA, E. O. A intensificação e precarização do trabalho docente nos institutos federais. **Revista Pedagógica**. Chapecó/SC, v. 18, n. 39, p. 129-150, set./dez. 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. **Decreto nº 72.493, de 19 de julho de 1973**. Dispõe sobre o Grupo Outras Atividades de Nível Superior e dá outras providências. Brasília, 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D72493.htm. Acesso em: 16 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SA/SE/MEC**. Brasília, 2005. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/canalcggp/oficios/oc01505.pdf>. Acesso em: 29 out.

2017.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 20 out. 2017.

BRASIL. Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970. Estabelece diretrizes para a classificação de cargos do Serviço Civil da União e das autarquias federais, e dá outras providências. Brasília, 1970. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5645.htm. Acesso em: 16 fev. 2018.

COUTINHO, Maria Chalfin; DIOGO, Maria Fernanda; JOAQUIM, Emanuelle de Paula. Sentidos do trabalho e saber tácito: estudo de caso em universidade pública. **Revista de Psicologia da Vetor Editora**, v. 9, n. 1, p. 99-108, jan./jun. 2008.

ESCURRA, María Fernanda. O trabalho como categoria fundante do ser social e a crítica à sua centralidade sob o capital. **Verinotio** – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas. Ano XI, n. 22, out./2016.

FLORO, Elisângela Ferreira. **Gerencialismo educacional e precarização do trabalho docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília/SP, 2016.

FREITAS, Luis Carlos de. **Brasil de Fato**. Entrevista concedida a Guilherme Henrique. São Paulo, 04 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.brasiledefato.com.br/2019/01/04/uma-vez-que-esse-mercado-se-fortalece-ele-elimina-a-escola-publica-diz-estudioso/>. Acesso em: 02 abr. 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho. In: **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Rio de Janeiro/RJ, 2009. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/index.html>. Acesso em 22 nov. 2017.

IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina. **Anuário Estatístico 2017**. Disponível em: <http://www.ifsc.edu.br/anuario-estatistico>. 2017b. Acesso em: 27 out. 2017.

IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina. **Edital 33/2017**. Rege as normas do Concurso Público do IFSC 2017. Disponível em: <http://portal.ifsc.edu.br/concurso2017-edital>. 2017. Acesso em: 10 nov. 2017.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LOUREIRO, Thiago. Assistentes em administração: trabalho, sofrimento e adoecimento de servidores. **Revista Laborativa**, v. 6, n. 2, p. 59-79, out./2017. Disponível em: <http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa>. Acesso em: 26 jun. 2018.

LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social – Volume 2. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTINS, Selma Aparecida Caselli. **Cotidiano de trabalho de profissionais da atenção básica à saúde: uma arena de sentidos, emoções, saberes e fazeres**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política – Volume I. São Paulo: Nova Cultural, 1996 (Os Economistas).

Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Pessoal. **Considerações sobre a situação atual dos técnicos em assuntos educacionais no MEC**. Brasília, 1979. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001934.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. 2016. **Expansão da Rede Federal**. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 20 out. 2017.

OLIVEIRA, Blenda Cavalcante de; CRUZ, Shirleide Pereira da Silva. Verticalização e trabalho docente nos Institutos Federais: uma construção histórica. **Revista HISTEDBR Online**. Campinas/SP, v. 17, n.2 [72], p.639-661, abr./jun. 2017.

OLIVEIRA, Renato Almeida de. A concepção de trabalho na filosofia do jovem Marx e suas implicações antropológicas. **Revista Kínesis**, vol. 2, n. 03, abr. 2010, p. 72-88. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Kinesis/6_RenatoAlmeidadeOliveira.pdf. Acesso em: 15 dez. 2018.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2001.

RIBEIRO, Carla Vaz dos Santos. **O trabalho do técnico-administrativo em instituições federais de ensino superior**: análise do cotidiano e implicações na saúde. V Jornada Internacional de Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2011.

SANSEVERINO, Adriana Manziolillo; GOMES, Carlos Francisco Simões. Propostas dos técnicos em assuntos educacionais. **Revista de Carreiras e Pessoas**. São Paulo, v. 07, n. 02, mai./ago. 2017.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. V. 12, n. 34, jan./abr. 2007.

SOUZA, Priscila Cardoso Moraes de; CORRÊA, Simone. O papel dos técnicos em assuntos educacionais no IFRJ: desafios identitários. In: **As nuances e o papel social dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia: lugares a ocupar**. Pereira, Marcus V.; Rôças, Giselle (orgs). João Pessoa: IFPB, 2018.

VEIGA, Fernanda dos Anjos; BAPTISTA, Ester Roseli. Intensificação e precarização do trabalho de técnico-administrativos na UFPA: um estudo sobre o trabalho dos secretários. **Revista Expectativa**. Cascavel/PR, V. 15, n. 15, 2016. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/article/view/14245>. Acesso em: 24 maio 2018.